

Solução para a antiga controvérsia

Firma-se a convicção de que é possível combinar proteção ambiental com atividade econômica

Jamil Chade
de Manaus

Uma das questões mais importantes para o futuro do desenvolvimento da Amazônia será como combinar atividades econômicas com proteção ambiental. Economia e ecologia são conceitos que até há pouco tempo pareciam distantes e antagônicos. Entretanto, é crescente a idéia que deva haver uma convergência entre os conceitos e que o antagonismo é apenas aparente. "O conflito entre a atividade econômica e o meio ambiente deve ser superado", diz o secretário extraordinário de Meio Ambiente, Ciência e Turismo da Amazonas, Vicente Nogueira.

Vale observar que tanto o conceito economia como ecologia possuem o mesmo núcleo - eco -, que significa casa ou planeta. Enquanto o primeiro se refere à administração do planeta, o segundo representa o estudo dele. "É nossa obrigação que esses conceitos sejam convergentes", afirma Nogueira.

Ele aponta como principais origens da degradação tanto o excesso de prosperidade como a miséria. Entretanto, Nogueira acredita que enquanto os efeitos do crescimento da produção industrial podem ser controlados por leis, a degradação em decorrência da miséria deve ser tratada a partir de outro ponto de vista. "O dano ambiental de um garimpeiro lutando para sobreviver e o de uma indústria é o mesmo, mas os instrumentos não".

A idéia é que a repressão não funciona para a parcela marginalizada da sociedade e apenas a geração de oportunidades é que pode solucionar o problema ambiental. O secretário acredita que "se incentivarmos uma atividade que gere renda e a melhoria da qualidade de vida das populações, isso fará com que eles deixem de estar envolvidos em atividades ilegais e a proteção ambiental, então, seria uma consequência". Para ele, "o maior instrumento de proteção ambiental é o combate à pobreza", lembrando que o tema da Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, foi meio ambiente e desenvolvimento.

Se de um lado a degradação gerada pela miséria não pode ser barrada por multas ou repressão do Estado, de outro, as atividades econômicas como a das madeiras necessitam de uma legislação rígida para ser sustentável. Nogueira destaca que o Amazonas, em termos de instalação de empreendimentos madeiros, está ainda em uma situação boa, comparado com os demais Estados da Amazônia Legal. Enquanto no Mato Grosso foram registradas 1,5 mil empresas, no Amazonas, legalmente, esse número não passa de 100, com apenas oito exportadoras (quatro européias e outras quatro asiáticas, inclusive uma estatal chi-



nesa). "Temos as leis mais severas do País para o uso de recursos naturais, mas também queremos gerar alternativas à nossa fonte de renda (Zona Franca de Manaus)", diz o secretário. Ele acredita que a certificação é a forma de combinar a preocupação pelo meio ambiente com o uso adequado dos recursos naturais da Amazônia Legal.

Nogueira lembra que o mercado de madeira certificada está aumentando e oferecendo preços melhores. "A certificação está se tornando um diferencial de mercado, já que seus ganhos são concretos e não apenas intangíveis, como uma melhor imagem da empresa perante os consumidores", diz. Outra vantagem apontada por Nogueira é a possibilidade de maior facilidade para que capitais estrangeiros se associem a empresas brasileiras certificadas. A primeira madeira certificada do planeta foi a Mil Madeireira, de capital suíço, com sede em Itacoatiara (AM).

Embora tenha leis ambientais rigorosas, Nogueira afirma que serão bem-vindas empresas que queiram se adequar aos padrões impostos. "Temos uma atitude pró-empresendedor, mas queremos empresas que tenham um plano de manejo da parte da floresta que se utilizará". Segundo ele, "a atividade irregular é de um particular, mas as repercussões econômicas atingem o Estado que as aceita".

Outra empresa instalada no Amazonas, a Gethal, está em processo de obtenção do certificado ambiental, mas descobriu os lucros concretos da proteção ao comprar toras certificadas da Mil Madeireira, processá-las e vendê-las no mercado internacional com um valor que chegou a ser 50% superior à média mundial. "Há demanda por madeira certificada e a

oferta ainda é pequena", explica Paulo Adário, coordenador do escritório do Greenpeace na Amazônia.

De um lado, o Greenpeace busca estimular empresas que queiram implementar o manejo sustentável de suas atividades e, de outro, tenta conscientizar o consumidor para que haja demanda para essas empresas. "Temos de ser realistas e considerar que as empresas buscam o lucro", destaca Adário. Um dos projetos é o Cidades Amigas da Amazônia, promovido pela ONG. "Queremos incentivar as prefeituras a comprarem madeira certificada, mas para isso teremos de convencê-las a mudar as legislações locais sobre concorrência pública, pois até hoje é o preço que tem determinado as compras dos municípios", explica. Para Adário, as empresas estão descobrindo que madeira certificada é um grande negócio. Ele afirma que é viável estabelecer empresas lucrativas e não-destrutivas, "e o certificado é demonstração disso".

Apesar de o setor madeireiro do Amazonas não ter as mesmas proporções que o de outros Estados do Norte, a degradação ambiental continua sendo um problema. Surgem novas pressões de ocupação no nordeste do Estado, ao longo da rodovia que liga o Amazonas a Roraima, e no sudeste, com o desenvolvimento do pólo de exportação de grãos de Itacoatiara (AM). Pensando em futuros problemas nessas áreas, o governo do Estado criou o Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI), com o objetivo de proteger áreas vulneráveis e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Os recursos para o projeto são, na sua maioria, do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), que deverá disponibilizar US\$ 5 milhões em três anos.

Segundo o secretário Vicente Nogueira, 30% das terras do Estado estão destinadas à proteção ambiental. Uma importante inovação feita pelo Estado foi a criação de um modelo inédito de unidade de preservação: a reserva de desenvolvimento sustentável. Nessas áreas, como a de Amanã e de Mamiarauá, existe o que se chama de uma "agenda ambiental pró-ativa". Ou seja, ao invés de não permitir qualquer atividade em uma determinada área, gerando práticas irregulares de utilização de recursos naturais, optou-se por um modelo que viabiliza a proteção com um incremento econômico para a população local.

Um exemplo é a pesca do pirarucu.

As empresas descobrem que a madeira certificada torna-se um grande negócio

Enquanto em toda a Amazônia sua pesca está proibida, em Mamiarauá sua legalização gerou renda aos habitantes e possibilitou o uso sustentável desta espécie. Segundo o Instituto de Proteção

Ambiental do Amazonas (Ipaam), a renda anual de um domicílio na reserva de desenvolvimento sustentável pode chegar a US\$ 900.

A estratégia que o Estado está montando para o futuro é a promoção de atividades rentáveis, ambientalmente sustentáveis e não baseadas em incentivos fiscais, principalmente no interior. O Amazonas está em uma situação bastante diferenciada dos demais Estados da região, porque obtém quase 99% de sua receita da Zona Franca de Manaus (ZFM), com grande concentração da atividade econômica do Estado na cidade de Manaus. Segundo Vicente Nogueira, isso gerou uma consequência interessante: foram implantadas empresas que não se utilizam, em larga escala, de recursos naturais, possibilitando que a cobertura florestal original do Estado seja de 98%, muito superior à dos demais Estados da Amazônia Legal. ■